

# Boletim da ADUEL

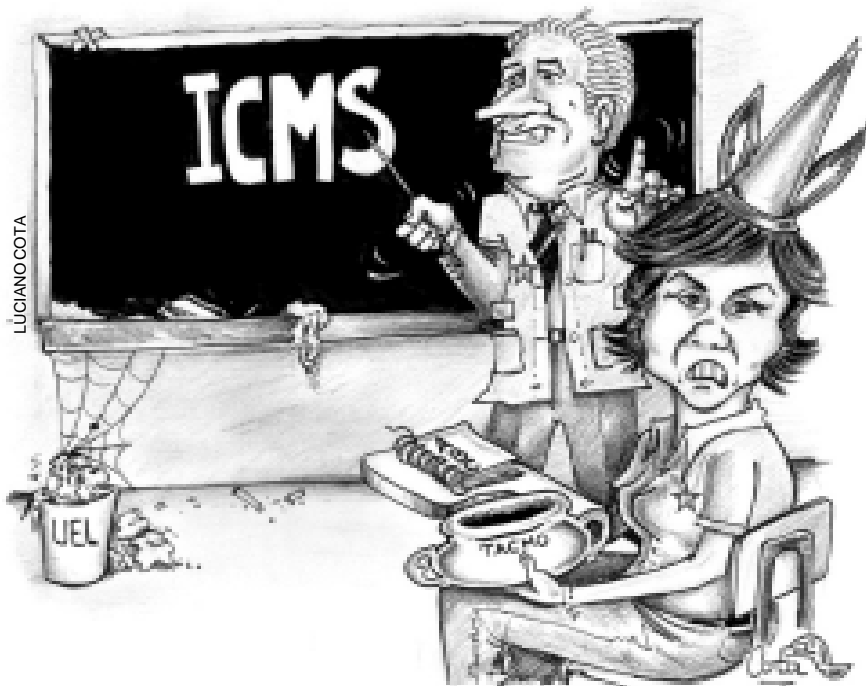
Informativo da Associação dos Docentes da UEL - 17 de Setembro de 2002

## Autonomia ou o pescoço na forca em troca de mais poder

Chama muito a atenção o que pode o ilusionismo dos índices. Na última versão da proposta da APIESP de regulamentação da autonomia, aprovada pelo Conselho Universitário, aparece o mágico índice de 14,32% do ICMS, que de antemão se reconhece que pode ser menor, pois o Secretário de Ciência e Tecnologia já está “puxando” ele para baixo dos 10% e o próprio Vice-Reitor reconhece que na “negociação” pode-se chegar a um percentual intermediário. Em síntese, os 14,32% não passam de um blefe em que todos “acreditam” alegremente. E, se antes de qualquer negociação – ao menos pública, pois nada sabemos de qualquer acordo por debaixo dos panos – já se admite reduzir aquele índice, o que impedirá a um governo que nunca respeitou as universidades “fechar” finalmente em torno ao índice proposto por ele em fevereiro durante a greve?

É claro que em troca de qualquer índice que se fechar a APIESP vai trombetear aos quatro ventos que agora temos uma lei de autonomia! E de lambuja um super conselho de reitores para decidir onde fazer os cortes e ajustes necessários (VII do art. 9º do projeto).

A aprovação da proposta apenas confirma que de fato não existe autonomia universitária, uma vez que a burocracia sequer se deu ao trabalho de argumentar nos poucos centros onde docentes debateram. Não sabemos de nenhuma assembleia de funcionários ou de estudantes em que tivessem defendido a proposta. Em torno à proposta da APIESP se juntaram **todos** os setores que ontem disputavam a direção da universidade, o que evidencia o verdadeiro sentido da proposta: *maior centralização do poder*, ao qual eles também aspiram.



O significado perverso deste passo não escapou à percepção do candidato a governador Requião que tripudiou da proposta diante da Reitora durante debate eleitoral no Pínicão.

A vinculação do financiamento a um determinado índice da arrecadação, longe de resolver o aperto que vem sendo imposto às universidades, será usada como o álibi para terminar de estrangular estas instituições e empurrá-las no sentido de sua privatização crescente. O exemplo das universidades paulistas está aí para ser percebido por todos. A farra de fundações mergulhadas em falcatruas das mais diversas, a existência de mais de 85.000 alunos de pós-graduação paga e, com todo o alarde da vinculação ao ICMS do Estado

mais rico da federação, os centros sofrem com a falta crônica de docentes, como foi exposto pela recente greve dos estudantes da FFLCH.

É oportuno lembrar que a vinculação ao ICMS de São Paulo foi concedida pelo então governador Orestes Quécia para dividir os universitários do conjunto do funcionalismo estadual, logo após uma grande greve conjunta. É exatamente o que se propõe no inciso IX do art. 9º da proposta da APIESP “-definir a política salarial dos servidores das universidades públicas estaduais e os índices de reajuste e de reposição”, ou seja, fazer o trabalho sujo para o governo.

Em síntese, a proposta da APIESP coloca o pescoço das universidades na forca, basta ao governo puxá-la.

### Afinal, a quem defende o Sindiprol?

No último jornal da Aduel divulgamos que as perdas calculadas pelo DIEESE até junho de 2002 chegavam a 68,71%.

Em 30 de julho, foi divulgado pela *internet* um panfleto da chapa que acabou sendo eleita para direção do Sindiprol, em que se reconhecem perdas salariais de 25% desde março de 97. Posteriormente, em 6 de setembro, de novo pela *internet* o Sindiprol volta a afirmar que as perdas da categoria são de 26,14%, sempre datando em março de 1997 o início de nossas perdas salariais.

É curiosa a metodologia do Sindiprol para chegar a esses valores. Se fosse o governo a defender esses percentuais seria fácil de entender, pois todas as vezes que teve que repor as nossas perdas ele o fez sob a forma de alteração do plano de cargos e salários, de modo a não ser obrigado a conceder ao

conjunto do funcionalismo o mesmo índice por isonomia. Ou seja, ele nunca reconheceu que estava repondo as nossas perdas! É claro que quando formos reivindicar a reposição de nossas perdas salariais ele vai dizer que já o fez quando alterou os nossos planos de cargos e salários. Essa é a lógica patronal. Quando lhe interessa diz que já repôs, quando não, diz que altera o PCCS.

O que não dá para entender é porque o Sindiprol, que deveria defender os professores, faz esse tipo de raciocínio tortuoso.

Por outro lado, se na campanha salarial de 2001 defendíamos 50,03% com o conjunto do funcionalismo, e se apenas tivemos 13%, que matemática explica que as nossas perdas depois de seis meses de encerrada a greve sejam apenas de 26,14%?

Afinal, a quem defende o Sindiprol?

# Debate sobre fundações e a imprensa marrom na ARU

A Aduel e o GT sobre Hospital Universitário promoveram um debate muito importante sobre as fundações na área da saúde e hospitais universitários do qual participaram o diretor do HU-TEC, Dr. Lucio T. Marchese, e o Dr. Vicente Amato Neto, da USP.

Não sabemos se o jornalista José de Arimathéia esteve presente ao debate ou se escreveu a mando de alguém, mas assinou uma nota no BOLETIM NOTÍCIA de 5 de setembro de 2002 em que deturpa completamente as colocações do Dr. Vicente Amato e do representante do Andes-SN, Prof. Mario Alves.

Pinçando pedaços das falas do Professor Alves, faz aparecer

que o ANDES-SN defende e estimula as fundações nas universidades, o que contradiz completamente o posicionamento da entidade e o que o próprio Professor Alves afirmou no debate.

Mais grave, porém, é a manipulação das colocações do Dr. Vicente Amato, pois lhe atribui a defesa sumária das fundações.

A Aduel gravou as duas palestras, que em breve serão divulgadas a toda a comunidade para que esta forme sua opinião. Mas antecipamos algumas das colocações do Dr. Amato (veja abaixo) para mostrar até que ponto o jornalismo da ARU continua com a mesma prática da anterior administração.

## Algumas falas do Dr. Vicente Amato

“O custo administrativo dessas fundações é muito caro, os funcionários são numerosos e realmente recebem salários de grande porte, num nível quase que empresarial. Esse custo portanto do administrativo dessas fundações conforme elas vão evoluindo é um custo muito, muito elevado. É lógico que bem administradas não poderiam chegar a esse ponto. A outra questão é a dos salários que são pagos no regime de atuação dessas fundações. Ali pelo menos a situação ficou muito, muito heterogênea, porque por exemplo decidiu-se pagar uma suplementação salarial para todos os funcionários do Hospital das Clínicas e inclusive chegando-se a admitir que não precisaria ser cumprido esse período de trabalho suplementar pago pela fundação, o que todos percebem oriundo às diretrizes da legislação trabalhista.”

“São sessenta e cinco laboratórios de investigação médica, sediados nesse prédio, que agora também fazem parte do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, que recebe subsídios da Fundação Faculdade de Medicina. Porém uma condição bastante curiosa: eles recebem subsídios desses laboratórios mas têm que produzir e eu vou dizer de um jeito bem grosseiro. Os laboratórios de investigação médica precisam ter freguesia, eles precisam ter freguesia. Eles precisam compensar o que recebem da fundação e tem que produzir em termos de execução de diagnóstico, de provas de diferentes tipos e assim por diante. Um pouco conflitante um laboratório que precisa ter freguesia. Se ele não tiver recursos adquiridos pelo trabalho de uma clientela, ele fica negativo em relação ao que a fundação repassa para esses laboratórios.”

“Na minha opinião tem faltado à apresentação de dados numéricos dessas fundações nos colegiados que dirigem a instituição, eu pelo menos nunca vi um balancete dessas fundações serem apresentadas na congregação da Faculdade de Medicina. Nunca vi um balancete claramente exposto.”

“Outra coisa, os pacientes particulares e os pacientes de plano de saúde, às vezes quando são internados num quarto com dois leitos eles não permitem a integração de outro doente na outra cama, porque eles se consideram privilegiados e não submetidos a um regime assim dessa natureza. Há a questão também, e essa é uma das mais desconfortáveis, da constituição dos vários setores lá do hospital. Diárias especiais para a internação de particulares e de pessoas ligadas ao plano de saúde. São enfermarias chiques, são enfermarias muito diferenciadas e o atendimento a essas pessoas também é um atendimento também diferenciado.”

“A fundação de direito privado permite a obtenção de recursos extra- orçamentários e todos querem para poder evoluir e cumprir melhor aquelas missões que o Hospital Universitário. Se tem um indicio histórico do que aconteceu na Faculdade de Medicina, da autarquia, da autarquia regimento especial. Porém, o que aconteceu ali é algo absolutamente desaconselhável na minha opinião.”

“O recuso extra-orçamentário usado pela Fundação Faculdade de Medicina, pela Fundação Zerbine é um recurso advindo do Sistema Único de Saúde. Isso levou o governo do estado a diminuir claramente, ostensivamente o orçamento das instituições. O orçamento do Hospital das Clínicas de São Paulo é hoje a metade do que era quando eu fui Superintendente.”

Boletim da **ADUEL**

Publicação da Associação de Docentes da UEL

### Diretoria

Evaristo Colmán (CESA) - Presidente  
Alexandre Bonetti (CCB) - Tesoureiro  
Luis Carlos Jabur Gaziri (CCB) -  
Primeiro Secretário  
Alcides Vergara (CCB) - Diretor de  
Promoções Culturais e Científicas  
Rozinaldo Miani (CECA) - Diretor de

### Divulgação e Imprensa

Silvia Alapanian Colmán (CESA) -  
Diretora de Promoções Sociais

### Ilustração

Luciano Cota

### Edição de imagens

Ana Laura Azevedo

### Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Laura Azevedo e Soraia de Carvalho

### Contato

371 4507

aduel@sercomtel.com.br  
web.sercomtel.com.br/aduel